

Divulgação da folha de pagamento em análise

Lei da Transparência. Executivo e Legislativo analisam a publicação nominal dos vencimentos

■ Cássia Oliveira
redacao7@jornalibia.com.br

Apesar da polêmica, em cumprimento à Lei de Transparência, o Governo do Estado divulgou nominalmente os salários de 372 mil servidores. A medida foi cumprida pelo governador José Ivo Sartori com três anos de atraso, já que antigo governador, Tarso Genro, a considerava uma exposição desnecessária dos funcionários públicos. Durante o governo Tarso, eram disponibilizados os valores sem identificar os nomes dos servidores. Modelo também utilizado em Montenegro pelos poderes Legislativo e Executivo, que, até o momen-



ROBALO: se o dinheiro é público, deve ser informação pública

to, não informam os salários de forma nominal. O que, segundo o Tribunal de Contas do RS não é incorreto. A necessidade de divulgar o nome é uma interpretação da lei.

No caso da Câmara de Vereadores de Montenegro, no site é possível baixar, em

um documento único, os salários correspondentes a cada cargo, o que já cumpre a exigência legal. Não há em andamento nenhuma ação para ampliar as informações divulgadas ou modificar a forma de acesso. O presidente da Câmara de Vereadores Márcio Müller (PTB), no entanto, destacou que a mudança é possível, apesar de o tema ainda não ter sido debatido pelos vereadores. “Se for possível legalmente, a gente fará sim”, enfatizou ele.

Já a Prefeitura de Montenegro disponibiliza os dados mensalmente, divididos em três arquivos - relação de servidores, tabela de remuneração e boletim de

pessoal - o que impossibilita o cruzamento dos dados. Para acessar a informação é preciso acessar no site a aba ‘Servidores’, depois ‘Publicações Legais’, na sequência seguir para ‘Ano 2015’. Segundo o chefe de Gabinete da Prefeitura, Valter Robalo, essa forma de divulgação pode mudar, em respeito ao contribuinte. “Se o dinheiro é público, tem de ser informação pública. Estamos em conversação com o Prefeito. Até em consideração ao que defendemos: transparência, respeito e coerência. Não há meio termo para isso. Só estamos estudando a base legal porque há essa questão do entendimento da lei”, desta-



MÁRCIO Müller garante que, se for possível legalmente, será divulgado

ca Robalo.

A principal diferença é que, quando divulgada apenas a remuneração de cada cargo, as vantagens ficam de fora. Nos mesmos moldes que o governo do Estado agora pratica e também outros órgãos públicos estão

seguindo, a informação é muito mais ampla. Ficam disponíveis dados como remuneração bruta, adicionais de avanços, parcelas indenizatórias, abonos, férias, décimo terceiro, total de descontos e o valor líquido do salário.